

Transições

Centro Universitário Barão de Mauá

<https://doi.org/10.56344/2675-4398.v5n1a2024.2>



Título

Variação linguística na sala de aula: o reconhecimento e a valorização da variação linguística para promoção de uma educação inclusiva

Autores

Celso dos Anjos Junior
Wellington Pereira Villela

Ano de publicação

2024

Referência

ANJOS JUNIOR, Celso; VILLELA, Wellington Pereira. Variação linguística na sala de aula: o reconhecimento e valorização da variação linguística para promoção de uma educação inclusiva. **Transições**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, 2024.

Recebimento: 15/06/2024
Aprovação: 10/07/2024

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE AULA: O RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA PARA PROMOÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

LINGUISTIC VARIATION IN THE CLASSROOM: RECOGNITION AND VALUE OF LINGUISTIC VARIATION TO PROMOTE INCLUSIVE EDUCATION

Celso dos Anjos Junior*
Wellington Pereira Villela**

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir como a variação linguística dos alunos pode ser reconhecida e valorizada pela escola, visando promover uma educação inclusiva e não discriminatória. Para isso, foram abordados três temas principais: a importância da educação inclusiva na sala de aula, as variações linguísticas no contexto educacional, e o reconhecimento da variação linguística para a promoção da inclusão. Por meio de uma revisão bibliográfica realizada em livros e artigos científicos disponíveis na base de dados do Google Acadêmico, foi possível constatar que a valorização da variação linguística dos alunos pode contribuir para uma educação mais inclusiva e equitativa. Isso porque reconhecer e valorizar as diferentes formas de falar dos alunos ajuda a combater a discriminação linguística, promove a valorização da diversidade cultural e melhora o desempenho acadêmico dos alunos. Conclui-se, portanto, que é fundamental que a escola reconheça e valorize a variação linguística dos alunos, para que possa promover uma educação inclusiva e não discriminatória. Isso pode ser feito por meio de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e linguística, além de proporcionar

* Mestrando em Estudos Linguísticos pela UFU. Contato: celso.anjos@ufu.br

** Graduado em Letras pela UNESA.

oportunidades para que os alunos expressem suas diferentes formas de falar, sem julgamentos ou preconceitos.

Palavras-chave: Educação inclusiva; Linguagem; Aprendizado.

Abstract: This article aims to discuss how students' linguistic variation can be recognized and valued by schools, aiming to promote inclusive and non-discriminatory education. To this end, three main themes were addressed: the importance of inclusive education in the classroom, linguistic variations in the educational context, and the recognition of linguistic variation to promote inclusion. Through a bibliographic review carried out on books and scientific articles available in the Google Scholar database, it was possible to verify that valuing students' linguistic variation can contribute to a more inclusive and equitable education. This is because recognizing and valuing students' different ways of speaking helps combat linguistic discrimination, promotes the appreciation of cultural diversity and improves students' academic performance. It is concluded, therefore, that it is essential that the school recognizes and values the linguistic variation of students, so that it can promote an inclusive and non-discriminatory education. This can be done through pedagogical practices that value cultural and linguistic diversity, in addition to providing opportunities for students to express their different ways of speaking, without judgment or prejudice.

Keywords: Inclusive education; Language; Learning.

INTRODUÇÃO

A linguagem é um importante meio de comunicação e expressão, e a variação linguística é uma característica natural e inevitável da comunicação humana. No entanto, nem sempre essa variação é reconhecida e valorizada no ambiente escolar, o que pode levar a situações de exclusão e discriminação. Diante desse contexto, o presente artigo tem como tema a variação linguística na sala de aula, e como ela pode ser reconhecida e valorizada pela escola para promover uma educação inclusiva e não discriminatória.

O problema de pesquisa que norteia este estudo é: como a escola pode reconhecer e valorizar a variação linguística dos alunos, considerando suas diversas origens e dialetos, para promover uma

educação inclusiva e não discriminatória? Para responder a essa questão, serão abordados três temas principais: a educação inclusiva na sala de aula, as variações linguísticas no contexto educacional e o reconhecimento da variação linguística para a promoção da inclusão.

A relevância deste tema para a sociedade é evidente, uma vez que a discriminação linguística pode ser uma forma sutil, porém muito prejudicial, de exclusão social. Reconhecer e valorizar a variação linguística dos alunos pode ajudar a promover a inclusão e a equidade na educação, além de contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes e respeitosos com a diversidade linguística e cultural.

METODOLOGIA

O objetivo deste artigo é apresentar uma análise teórica e prática sobre como a variação linguística pode ser identificada e valorizada na sala de aula, com base em exemplos e experiências de diferentes contextos educacionais, sob os pressupostos do Linguista Noam Chomsky e de autores contemporâneos como Marcos Bagno, Ataliba Castilho, Faraco e Maria Scherre; sob a ótica inclusiva compartilhada por Vera Capellini. Assim sendo, espera-se que este estudo contribua para a promoção de uma educação mais inclusiva e respeitosa da diversidade linguística, bem como para o aprimoramento das práticas pedagógicas no contexto escolar.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA SALA DE AULA

Educação inclusiva

A Lei Brasileira de Inclusão propõe uma educação ajustada à necessidade de cada indivíduo, considerando para isso o atendimento às suas necessidades específicas, de forma a garantir seu acesso aos diversos serviços prestados à toda a sociedade (BRASIL, 2015). Neste

sentido, pensar no direito à educação como dever do Estado, é garantir o acesso à sala de aula, oportunizado e mediado através do conhecimento, possibilitando àqueles que em condições desfavoráveis alcancem os resultados esperados.

De acordo com Capellini (2015), docente e pesquisadora do tema educação inclusiva, quando falamos desse modelo de educação, estamos fazendo referência àquela escola que tem como função precípua o acolhimento de todos; o desenvolvimento linear, e acima de tudo; o pôr fim nos impedimentos, construindo caminhos que possibilitem a todos quando o assunto envolve o acesso ao conhecimento. Desta forma, torna-se imprescindível a manutenção da educação inclusiva no seio da escola.

Para além do conceito de deficiência, segundo Camargo (2017), apresenta a inclusão como modelo de conduta, que considere as questões particulares a cada indivíduo, sua valorização e influência sobre o meio em que interage.

A inclusão é um paradigma que se aplica aos mais variados espaços físicos e simbólicos. Os grupos de pessoas, nos contextos inclusivos, têm suas características idiossincráticas reconhecidas e valorizadas. Por isto, participam efetivamente. Segundo o referido paradigma, identidade, diferença e diversidade representam vantagens sociais que favorecem o surgimento e o estabelecimento de relações de solidariedade e de colaboração. Nos contextos sociais inclusivos, tais grupos não são passivos, respondendo à sua mudança e agindo sobre ela. Assim, em relação dialética com o objeto sócio-cultural, transformam-no e são transformados por ele (CAMARGO, 2017, p. 1).

Nesse viés, pensar em uma efetiva Educação Inclusiva não se limitaria associar a necessidade de inclusão às deficiências, análises clínicas e a diagnósticos fechados, mas sim ao fato de que questões

sociais, culturais, econômicas, dentre outras, também podem ensejar às escolas e aos docentes abordagens de ensino-aprendizagem voltadas ao desenvolvimento de cada aluno no ambiente escolar.

Modelos de educação inclusiva

No Brasil, existem alguns modelos de educação inclusiva que vêm sendo utilizados constantemente, tais como, Escolas regulares comuns com sala de recursos multifuncionais; Salas de aula regulares com a presença de professores de apoio; Escolas Especiais; Escolas Inclusivas; e Atendimento Educacional Especializado (AEE). É importante ressaltar que a inclusão na educação é um processo em constante evolução, e novas abordagens e modelos estão sempre surgindo em resposta às necessidades dos alunos.

Nesse contexto, o suporte de professores de recursos multifuncionais e equipe pedagógica especializada; professor de apoio; ambientes especializados e uso de recursos adaptados; apoio educacional complementar, oferecido a alunos com deficiência matriculados em escolas regulares; facilitam a inclusão de alunos com diversas necessidades específicas. Entretanto, pensar em como integrar alunos com diversidades sociais, culturais, econômicas, e outras mais, é absorver um amplo espectro de indivíduos e, juntamente com estes, suas variações linguísticas, por exemplo, como as encontradas nas diferentes macrorregiões brasileiras, ou nas periferias e favelas, ou ainda, no seio de famílias com diferentes religiões, culturas, costumes ou classe social.

Assim, Camargo (2017) apresenta a Educação Inclusiva, ainda, sob uma perspectiva mais além do que a proposta para a Educação Especial, alinhada às Diretrizes e Bases da Educação Nacional e à concepção dos Direitos Humanos, considerando o comum e o

específico na diversidade, com vistas à caracterização do próprio ser humano.

Uma questão de pano de fundo nos é imposta: quais são os estudantes foco da educação inclusiva? A resposta é: todos. Quer dizer, ela se estende aos alunos, público-alvo da educação especial (BRASIL, 2013a), e àqueles que não são público-alvo dessa modalidade de ensino: os alunos brancos, negros, de distintos gêneros, índios, homossexuais, heterossexuais etc. Ou seja, aos seres humanos reais, com foco prioritário aos excluídos do processo educacional (CAMARGO, 2017, p. 1).

Assim sendo, as escolas ditas inclusivas são projetadas, desde o início, para atender às necessidades de todos, independentemente de suas habilidades e deficiências. Essas escolas geralmente contam com recursos e suportes especializados para atender às necessidades de “todos” os alunos. No entanto, pensar a inclusão é permitir, não só o acesso de todos, mas também a permanência dos mesmos, à medida em que são recebidos e integrados de forma efetiva e equânime. Desse modo, o respeito e a valorização às variações linguísticas de cada indivíduo não comprometem o aprendizado da gramática e de sua expressão, por meio da norma culta.

Outrossim, segundo a teoria da ‘Competência e Desempenho’ de Noam Chomsky (1957) a competência linguística inata, dos usuários da língua, para aquisição e uso da linguagem, não compromete o desempenho em situações reais de comunicação. Dessa maneira, sob os preceitos da competência linguística, atribui-se ao indivíduo um conhecimento implícito, intuitivo e inato. De igual modo, a perspectiva do desempenho linguístico, pressupõe o uso prático da língua para sua produção e compreensão, suscetíveis à influências externas. Assim, o indivíduo poderá utilizar a construção frasal mais ajustada ao contexto em que estiver.

Nesse sentido, o modelo de Escola Inclusiva se mostra mais ajustado à reflexão proposta por este trabalho, considerando o contexto da sala de aula como sendo o ambiente central das relações inclusivas, em que são levadas em consideração às variações linguísticas e toda sua influência no processo ensino-aprendizagem, não só para alunos com necessidades específicas mas do produto das relações entre os alunos, destes com os professores, com todo corpo docente, e para além da escola.

Aplicação prática na sala de aula

Uma vez que se tenha o conhecimento pleno do objetivo defendido pela educação inclusiva, qual seja, a necessidade da transformação social que visa o educar de todos; e com base nessa premissa, é que partimos para um segundo momento em sala de aula. Com o uso de metodologias modernas e um aparato humano capacitado e disposto a reduzir essas diferenças dentro das salas de aula, busca-se a aplicação de estratégias e práticas inclusivas, tais como, adaptação de currículo, apoio individualizado, colaboração entre professores, sensibilização e valorização da diversidade. Esta última, se mostra indispensável à promoção de uma cultura inclusiva para conscientização dos alunos sobre a diversidade humana e a importância do respeito mútuo, da empatia e da valorização das diferenças.

Para isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais

prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico (BAGNO, 2007, p. 27).

Com isso, o uso dos “diversos recursos didáticos-pedagógicos valorizam a diversidade (...) discursiva nos processos de ensino, favorecendo a participação efetiva de todos em sala de aula” (CAMARGO, 2017, p. 2). Assim, a construção das diversas políticas públicas precisa, de fato, promover ações práticas para a “promoção de participação efetiva de todos os seres humanos, principalmente dos excluídos dos mais variados espaços sociais” (CAMARGO, 2017, p. 2).

Nesse viés, Capellini (2015) afirma, sobretudo, que o docente deve estar em condições de ministrar à sala de aula considerando o contexto geral da diversidade, porque nenhum aluno é igual ao outro, ainda que possuam deficiências ou quaisquer características culturais e/ou sociais semelhantes. Isso acontece porque cada aluno é único e tem direito a educação de qualidade, uma vez que dentro desse cenário da sala de aula, qualquer dos presentes têm consigo algo a dialogar e, acima de tudo, a crescer para o conhecimento. A implementação efetiva da Educação Inclusiva envolve o compromisso de toda a comunidade escolar e ações concretas para promover a igualdade de oportunidades educacionais.

Em linhas gerais, trata-se da “(...) criação de uma comunidade inclusiva, com a participação de toda a escola, incluindo diretores, funcionários e coordenadores. Esses são os pilares que promovem uma educação eficaz para todos os alunos, inclusive para os alunos com deficiência” (ORSATI, 2013, p. 220).

Diante das muitas diferenças, o professor, em sala de aula, precisa pensar em modelos, estratégias e práticas pedagógicas de ensino, capazes de atender a todos os alunos. Capellini (2015) apresenta o modelo de ensino colaborativo como sendo a melhor opção para uma efetiva inclusão escolar, por parte de todos os profissionais envolvidos.

Neste sentido, permitir ao aluno colaborar com sua vivência, sua cultura, seus costumes, potencializa-se ainda mais sua participação e contribuição para formação de outros alunos e, de forma simultânea, o desenvolvimento de aspectos sociais, como tolerância ao diferente, oportunidade do diálogo nas diversas formas de expressão linguísticas, troca de saberes empíricos e não necessariamente acadêmicos, conhecimento de mundo e da diversidade, respeito ao outro, etc.

VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Variação linguística no contexto social

Antes de pensar a variação linguística dentro do contexto escolar, há de se considerar aspectos inerentes ao conceito social, pois estes revelam motivações anteriores à entrada da criança na escola ou de sua vida escolar. A variação social ocorre no seio dos diferentes grupos sociais que trazem consigo diferentes leituras de mundo, hábitos, sistemas de comunicação, dentre outras características que lhes são peculiares.

Pensar na inclusão, considerando a variação linguística é, antes de tudo, esclarecer o porquê dela ainda não estar enraizada na mente do povo brasileiro e, por consequência, na mente dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem no ambiente escolar, colaborando na diminuição do preconceito linguístico. Neste contexto, a fim de diminuir esse tipo de preconceito na sala de aula, o professor deve buscar a valorização da variação linguística, a sensibilização dos alunos, a criação de espaços de diálogo, a ampliação do repertório linguístico, conscientização dos pais e da comunidade.

Nesse sentido, será apresentado à sequência, o conceito de preconceito linguístico, segundo o dicionário de Houaiss e Villar (2001, n.p), que expressa a provável raiz que origina a resistência da inclusão

da variação linguística ao contexto da sala de aula. "Qualquer crença sem fundamento científico acerca das línguas e de seus usuários como (...) a crença de que existem línguas desenvolvidas e línguas primitivas, ou de que só a língua das classes cultas possui gramática". Ou seja, a falta de conhecimento sobre a própria variação linguística a torna 'imprópria' ao ambiente escolar.

Scherre (2008) defende o uso da variação linguística, como uma possibilidade da própria norma culta, sem que haja prejuízo das construções gramaticais. Assim, a escolha ou não do emprego da variação linguística na língua falada seria, quase que exclusivamente, escolha do ser humano que a utiliza. Por esses motivos ressalta-se a liberdade de escolhas gramaticais e aplicações sintáticas quaisquer que sejam, em virtude da autonomia do próprio indivíduo que constrói o discurso, atribuindo a este, apenas uma fala diferente da língua que é ensinada na escola:

As pessoas que dizem Craudia, praca, pranta pertencem a uma classe social desprestigiada, marginalizada, que não tem acesso à educação formal e aos bens culturais da elite, e por isso a língua que elas falam sofre o mesmo preconceito que pesa sobre elas mesmas, ou seja, sua língua é considerada "feia", "pobre", "carente" (BAGNO, 1999, p. 41).

Nesse viés, a variação linguística promove a valorização cultural e o sentimento de pertencimento, uma comunicação mais efetiva, o cultivo de solidariedade e afiliação, valorização da diversidade, enriquecimento cultural e criatividade, etc. Assim sendo, é importante reconhecer e celebrar essa diversidade linguística, construindo uma sociedade mais inclusiva, respeitosa e conectada.

Variação linguística e sua contribuição no aprendizado

A variação linguística pode ter uma contribuição significativa para o aprendizado de línguas e isso ocorre porque esta reflete as diferentes maneiras pelas quais as pessoas usam a linguagem em diferentes contextos sociais e culturais.

Ao aprender sobre a variação linguística, os alunos podem desenvolver uma compreensão mais profunda da língua que estão estudando. Eles podem aprender a reconhecer e entender as diferenças entre dialetos, sotaques e variações regionais da língua. Isso pode ajudá-los a se comunicar com falantes nativos de diferentes regiões ou contextos sociais e a adaptar sua linguagem de acordo com a situação.

Além disso, a variação linguística pode ajudar a aumentar a conscientização dos alunos sobre questões sociais e culturais, como a diversidade linguística e o papel da linguagem na construção de identidades e comunidades. Isso pode levar a uma maior compreensão e respeito pelas diferenças culturais e linguísticas.

Assim, em resumo, a variação linguística constitui-se como uma ferramenta valiosa no aprendizado da própria língua, ajudando os alunos a se tornarem mais conscientes e proficientes na comunicação em diferentes contextos sociais e culturais. No contexto da sala de aula não é diferente. A ampliação e a valorização de aspectos orais da Língua Portuguesa, torna a fala parte integrante do conjunto das relações entre ensino e aprendizagem.

Professores e alunos usam a linguagem falada e escrita, na perspectiva da variação linguística, para se comunicarem uns com os outros; para apresentarem tarefas; envolverem-se em processos de aprendizagem; apresentarem conteúdo acadêmico; avaliarem a aprendizagem e construir as dinâmicas comunicativas em sala de aula (SANTOS, 2022, p. 8).

Para Scherre (2016) a criança vai à escola para aprender a ler e a escrever, ao passo que a fala é aprendida e desenvolvida no seio dos grupos sociais. Mostra, neste sentido, que estas diferenças apresentam marcas regionais que, muitas vezes, não são apresentadas pela gramática normativa. Considerando, pois o Brasil um País de dimensão continental, torna-se muito relevante considerar as diversas formas de expressões verbais, mesmo que não registradas nos livros, ou consideradas como agramaticais.

Scherre (2016) apresenta, ainda, que os fenômenos de variação linguística, também podem ser discutidos e considerados como propostas de “marcas sociais”, provam que a variação existe. Nesse sentido, tais marcas explicitam a identidade própria de cada indivíduo, não devendo ser a gramática normativa uma barreira para o aprendizado.

Variação linguística na gramática aplicada

A variação linguística pode ser incorporada no ensino de gramática em sala de aula de várias maneiras. Podemos citar abordagens como: o ensino a gramática padrão; o ensino gramática descritiva; ou enfatizar a comunicação efetiva em vez da gramática perfeita.

Uma abordagem é ensinar a gramática padrão, mas também expor aos alunos a variação linguística, incluindo variações regionais, sociais e estilísticas da língua. Isso pode ser feito por meio da leitura de textos que apresentam essas variações, como literatura regional ou popular, por exemplo.

Outra abordagem é ensinar gramática descritiva que, segundo Castilho (2004), descreve a língua como ela é usada pelos falantes nativos em diferentes contextos. Isso inclui a gramática das variedades regionais e sociais da língua, além da gramática padrão. Isso pode

ajudar os alunos a entender a natureza diversa da língua e a desenvolver habilidades para se comunicar com sucesso em diferentes contextos.

Ainda, pode-se enfatizar a comunicação efetiva em vez da gramática perfeita. Isso significa ensinar gramática de uma maneira que permita aos alunos se comunicarem com sucesso em diferentes contextos sociais e culturais, reconhecendo que a língua é usada de maneiras diferentes por diferentes pessoas em diferentes situações.

Peixoto (2008) sugere a compreensão da língua como um fato social, capaz de valorizar as variações linguísticas, de serem incorporadas às aulas de gramática, considerando o conhecimento linguístico de cada aluno. Dessa forma, pretende-se o ensino da norma culta da língua, mas também de forma coloquial, de modo que cada indivíduo torne-se aptos “às diversas situações linguísticas próprias de uma vida em sociedade” (PEIXOTO, 2008, p. 564).

Por conseguinte, a variação linguística pode ser incorporada ao ensino de gramática em sala de aula de várias maneiras, incluindo a exposição à variação, o ensino da gramática descritiva e o foco na comunicação efetiva. Essas abordagens podem ajudar os alunos a entender a natureza diversa da língua e a se comunicar com sucesso em diferentes contextos.

RECONHECIMENTO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Aplicação da linguagem social dentro da sala de aula

Diante da perspectiva das muitas variações linguísticas encontradas no nosso país, Bagno (1999) aponta que cada aluno carrega para o ambiente escolar sua bagagem de conhecimentos. Neste sentido, De Azeredo et al. (2022) aponta, ainda, que:

(...) No processo de alfabetização, a criança proveniente das classes excluídas da sociedade sofre mais preconceito do que em qualquer outra fase da sua aprendizagem escolar, pois, nesse período, a marca da discriminação em favor das classes socioeconomicamente desprivilegiadas torna-se evidente. A escola valoriza a língua escrita e censura a língua oral, espontânea. E assim, as crianças procedentes das classes privilegiadas, conseguem adequar-se com mais facilidade aos moldes empregados pela escola. De Azeredo et al. (2022, p. 971).

Soares (2011) corrobora, também, com a constatação da discriminação de algumas classes sociais em detrimento de outras, menos privilegiadas, se estabelecem tanto com relação ao uso do padrão culto da língua oral quanto da escrita. Essa verificação se agrava, ainda mais, diante das palavras de Cury (1989), lembrando que à escola cabe a oportunização de condições igualitárias para a formação do indivíduo e sua aprendizagem.

(...) A escola tem a função de ser uma instituição capaz de oportunizar melhores condições para a igualdade social em virtude de propiciar formação de caráter científico e a aprendizagem real para aquele que a recebe. Logo, a formação intelectual é condição primeira do processo formativo, do desenvolvimento pessoal e da sociedade, o que por conseguinte, é evidenciado no conhecimento construído – atividade pela qual o homem se diferencia dos outros animais – melhorando suas próprias condições de existência em diversos aspectos, a saber, o moral, o intelectual e o material (CURY, 1989, *apud*, AZEREDO, 2022, p. 972).

Com isso, um dos principais fatores geradores da redução dos preconceitos linguísticos dentro das salas de aula tem sido a aplicabilidade das variações linguísticas sociais. Uma vez que muitos alunos trazem consigo uma bagagem repleta de experiências

vivenciadas no seu convívio familiar, nas suas crenças e demais grupos sociais. Diante disso, cabe aos professores trabalharem esses aspectos práticos do dia a dia, a fim de potencializar os conteúdos, não tendo por base apenas o tradicional, mas novas ideias para além da gramática convencional.

Santos (2022) apresenta os gêneros orais, como a comunicação improvisada, palestras, aulas dialogadas e exposições orais; que são ricos em variações linguísticas e capazes de potencializar o desenvolvimento da comunicação em sala de aula. De outro modo, mesmo considerando os gêneros textuais associados às estratégias de ensino ligadas à norma-padrão da língua, Santos (2022) apresenta a possibilidade do uso de textos escritos lidos ou recitados, usados para produções orais.

Nesse sentido, o professor poderá incluir atividades que incentivem os alunos a utilizar a linguagem que estão familiarizados em suas comunidades, refletindo sua identidade linguística e cultural. Isso pode incluir a leitura e discussão de textos que representam diferentes grupos sociais e culturais, bem como a inclusão de diferentes variações linguísticas e dialetos na sala de aula.

Além disso, o professor pode criar um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso, onde a diversidade linguística e cultural dos alunos é valorizada, como propõe Bagno (2011, p. 20), apresentando a sobreposição da língua, em seu aspecto geral, sob apenas a ótica da Norma Culta. Isso pode incluir a promoção do diálogo aberto e o incentivo à participação de todos os alunos na sala de aula.

A prática pedagógica inclusiva deverá se constituir pela junção do conhecimento adquirido pelo professor ao longo de sua trajetória e da disponibilidade em buscar novas formas de fazer considerando a diversidade dos alunos e as suas características individuais (CARNEIRO, 2012, p. 88).

Assim sendo, ao aplicar a linguagem social na sala de aula, os alunos podem se sentir mais engajados e motivados a aprender, e também podem se sentir mais valorizados e incluídos em sua comunidade escolar. Além disso, o professor ajudará a criar um ambiente de aprendizado positivo e enriquecedor para todos os alunos, promovendo a compreensão e o respeito pela diversidade linguística e cultural.

A variação linguística e a educação exclusivista

Esse paradoxo acontece quando a variação linguística não é considerada, podendo excluir grupos que falam diferentes dialetos ou variantes regionais da própria língua que não são consideradas próprias da norma-padrão. Isto pode levar a uma marginalização desses grupos e uma falta de reconhecimento de sua própria identidade. Tal fato pode estar diretamente ligado à supervalorização e uso da norma culta que, nesse contexto, não está levando em consideração a linguagem coloquial.

Paiva (2015) diz que a linguagem coloquial configura-se como o uso da língua de forma espontânea, sem condicionamento às normas gramaticais, apresentando, ainda, em seu texto, construções incompletas, incluindo falhas gramaticais. Neste sentido, a linguagem coloquial se preocupa tão somente com uma efetiva comunicação em detrimento de preciosismos gramaticais.

Ainda assim, a desconsideração da variação linguística pode levar à dificuldade de comunicação entre falantes de diferentes variedades da língua, especialmente em situações onde a língua padrão não é compreendida por todos os falantes. Ademais, os alunos que utilizam determinadas variedades linguísticas que não são consideradas padrão podem sentir-se excluídos por sua fala. Isso pode levar a uma baixa

autoestima linguística e afetar sua autoconfiança e desempenho escolar, seja por questões culturais, sociais, econômicas, geográficas, ou qualquer outra já mencionada.

A propagação do preconceito linguístico consiste na forma como tratamos a diversidade, por conseguinte, “o problema está nas formas como lidamos com essa diversidade. O problema está na forma como representamos para nós essa diversidade. O problema está nas imagens saturadas de valores negativos que temos de nós como falantes” (FARACO, 2008, p. 181). Assim, ao não considerar a variação linguística, os alunos podem não estar expostos a uma ampla gama de variedades linguísticas, o que pode prejudicar seu desenvolvimento de habilidades de compreensão e produção de diferentes variedades da língua.

Para Bagno (2006) é preciso que os professores sejam conscientizados, com vistas a impedir a propagação de preconceito e discriminação linguística, sobretudo em sala de aula, buscando acrescentar na vida do aluno e não retirando, a fim de não causar danos aos mesmos, como a baixa autoestima.

(...) quem sabe, traçar novas estratégias de ensino, fugir da tradicional, que é autoritária e intolerante para com o que é diferente. se todos compreendêssemos que o português não padrão é uma língua como qualquer outra, com regras coerentes, com uma lógica linguística perfeitamente demonstrável, talvez fosse possível abandonar os preconceitos que vigoram hoje em dia no nosso ensino de língua (BAGNO, 2006, p. 30).

Por fim, conclui-se que, a desconsideração da variação linguística pode levar a uma série de implicações negativas para a educação, como por exemplo, a exclusão de grupos marginalizados, dificuldade de comunicação, baixa autoestima linguística, falta de compreensão da diversidade linguística e dificuldades no aprendizado da língua.

Consideração de aspectos sociais para efetiva inclusão

A inclusão na sala de aula envolve muito mais do que simplesmente garantir que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem. Ela também deve considerar os aspectos sociais que influenciam a dinâmica em sala de aula e afetam o bem-estar emocional dos alunos, apontando ainda para algumas questões sociais que podem afetar a inclusão na sala de aula, tais como: preconceito, discriminação; bullying, exclusão social; acessibilidade, participação dos pais.

Tomando por base os aspectos sociais elencados, os preconceitos e estereótipos, baseados em características como gênero, etnia, religião, orientação sexual ou status socioeconômico, podem criar algumas barreiras que dificultam a inclusão na sala de aula. Com isso, o professor deve estar ciente desses preconceitos e trabalhá-los a fim de que todos os alunos sejam tratados com igualdade e respeito.

O bullying e a exclusão social, por exemplo, podem ter um efeito profundo sobre o bem-estar emocional e o desempenho acadêmico dos alunos, podendo gerar, inclusive, alguns traumas de difícil reparação. Nesse viés, o professor precisa estar atento a esses comportamentos e trabalhar para criar um ambiente de sala de aula seguro, saudável e, acima de tudo, acolhedor.

De modo semelhante, a acessibilidade física e tecnológica são importantes para garantir que todos os alunos possam participar plenamente da vida em sala de aula.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

É preciso que a sala de aula esteja adequada para atender às necessidades dos alunos com deficiências físicas e que a tecnologia esteja disponível para todos os alunos.

É importante que aspectos culturais dentro do ambiente escolar valorizem a diversidade e promova a inclusão, para que todos os alunos se sintam valorizados e apoiados. Neste sentido, é necessário “reconhecer que a escola é o lugar de interseção inevitável entre o saber erudito-científico e o senso comum, e que isso deve ser empregado em favor do/a estudante e da formação de sua cidadania” (BAGNO, 2007, p. 78).

A participação dos pais na vida escolar dos filhos é imprescindível na afetação da inclusão na sala de aula. Por conseguinte, o profissional da educação deve garantir que os pais sejam informados sobre as políticas e práticas escolares e incentivá-los a se envolverem ativamente na educação de seus filhos.

(...) a concepção de educação inclusiva tem se fortalecido no sentido de que a escola tem que se abrir para a diversidade, acolhê-la, respeitá-la e, acima de tudo, valorizá-la como elemento fundamental na constituição de uma sociedade democrática e justa. Essa concepção pressupõe que a escola busque caminhos para se re-organizar de forma a atender todos os alunos (...), cumprindo seu papel social (CARNEIRO, 2012, p. 83).

Em síntese, uma verdadeira inclusão, deve levar em consideração não apenas o acesso igualitário à aprendizagem, mas também os aspectos sociais que afetam a dinâmica na escola e o bem-estar emocional dos alunos. Logo, estar atento a esses aspectos é trabalhar para criar um ambiente de efetiva aprendizagem em sala de aula.

CONCLUSÃO

Diante de tudo isso, ressalta-se, portanto, que a variação linguística dos alunos pode ser reconhecida e valorizada pela escola para promover uma educação inclusiva e não discriminatória. Nesse sentido,

discutir o reconhecimento e valorização da variação linguística de forma inclusiva, dentro da sala de aula, se apresenta imprescindível ao desenvolvimento do indivíduo.

Ao longo do trabalho foi proposta uma discussão sobre o reconhecimento e a valorização de variações linguísticas, construída sobre as bases do conceito da Educação Inclusiva, considerando, sobretudo, os aspectos práticos observados no contexto da sala de aula das muitas escolas brasileiras. Além disso, foram abordadas implicações sociais do preconceito linguístico e seus reflexos na sala de aula.

Nesse sentido, a escola reconhece e valoriza a variação linguística dos alunos, considerando suas diversas origens e dialetos, promovendo uma educação realmente inclusiva.

Por fim, foi proposta a utilização da linguagem social dentro da sala de aula, para além da gramática convencional. Pensar nos aspectos sociais, associados aos conhecimentos da norma culta praticados no contexto escolar, é considerar questões individuais para a construção de ambientes inclusivos, em que as barreiras atitudinais se desfazem, dando lugar a propostas de ensino por meio de uma efetiva inclusão.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que e como se faz.** 49 ed. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística.** São Paulo: Parábola, 2007.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália:** novela sociolinguística. São Paulo: contexto, 2006.

BAGNO, M. **Preconceito Linguístico - o que é, como se faz**. 54. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

BRASIL. LEI N.º 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF: Pre-sidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 16 abr 2023.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, p. 1-6, 2017. <https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001>.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Linha do Tempo: Educação Inclusiva [Entrevista]**. USP Entrevista, TV USP Bauru, Bauru, 23 nov. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=a4Ntfg98xIY>. Acesso em: 16 abr. 2023.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, p. 81-95, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/124965>. Acesso em: 19 maio 2023.

CASTILHO, A. T. de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. **Linguística da norma**. Tradução . São Paulo: Loyola, 2004. <https://doi.org/10.20396/cel.v1i0.8636617>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação e a nova ordem constitucional. **Revista Nacional de Educação**, v. 8, n. 14, p. 5 - 11, São Paulo, 1989. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1375/1439>. Acesso em: 19 maio 2023.

CHOMSKY, Noam. **Syntactic structures**. The Hague: Mouton, 1957. (Janua Linguarum Series Minor, vol. 4.

DE AZEREDO, Letícia Rangel et al. 76. O papel da variação linguística na alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Philologus**, v. 28, n. 84 Supl., p. 969-78, 2022. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1375/1439>. Acesso em: 19 maio 2023.

FARACO, C. A. **Norma culta brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola, 2008.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ORSATI, Fernanda T. Acomodações, modificações e práticas efetivas para a sala de aula inclusiva. **Temas sobre Desenvolvimento**, v. 19, n. 107, p. 213-22, 2013. Disponível em: <https://atividadeparaeducacaoespecial.com/wp-content/uploads/2014/07/CRIAN%C3%87AS-COM-NECESSIDADES-ESPECIAIS-NA-ESCOLA-.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

PAIVA, Marcelo. **Português Jurídico**. 10. ed. Brasília: Educere, 2015.

PEIXOTO, Rafaela Araújo Jordão R. **Gêneros orais**: uma nova proposta de abordagem do ensino. Eutomia Revista Online de Literatura e Linguística. v.1, n.1, p.562-573, 2008. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/labor/wp-content/uploads/sites/324/2018/06/PP-G%C3%AAneros-Orais-uma-nova-proposta-de-abordagem-do-ensino.pdf>. Acesso em: 19 maio 2023.

SANTOS, Fabiano Gomes dos. **Gêneros orais como instrumento didático no aprendizado da variação linguística**. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24715/1/FGS29062022.pdf>. Acesso em: 11 maio 2023.

SCHERRE, M. M. P. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre sobre preconceito lingüístico, variação lingüística e ensino. **Cadernos de Letras da UFF–Dossiê: Preconceito lingüístico e cânone literário**, n. 36, p. 11-26, 2008.

SCHERRE, M. M. P. Entrevista com Maria Marta Pereira Scherre, autora da Parábola Editorial [Entrevista]. **Parábola Editorial**, São Paulo, 22 jul. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nHhM-NiKUEI>. Acesso em: 21 abr. 2023.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2011.